

Versão Online ISBN 978-85-8015-094-0
Cadernos PDE

VOLUME II

**OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Produções Didático-Pedagógicas**

2016



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ - SEED

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO - SUED

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - PDE

CADERNO PEDAGÓGICO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: professores frente ao desafio da inclusão.

**CURITIBA
2016**

ANDREA DO ROCIO NIZER SIQUEIRA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: professores frente ao desafio da inclusão.

Projeto de Intervenção Pedagógica na
Escola Estadual Yvone Pimentel – Ensino
Fundamental e Ensino Médio do Programa
de Desenvolvimento Educacional – PDE –
na área de História orientada pela
Professora Doutora Sandra Regina Dias da
Costa

Curitiba
PDE/2016

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO – MATERIAL DIDÁTICO Professora PDE/2016	
Título	EDUCAÇÃO INCLUSIVA: professores frente ao desafio da inclusão.
Autor	Andrea do Rocio Nizer Siqueira
Disciplina/Área (entrada no PDE)	História
Professor/Orientador	Profª Dr. Sandra Regina Dias da Costa
Escola de Implementação do Projeto e sua localização	Colégio Estadual Yvone Pimentel – Ensino, Fundamental, Médio e EJA.
Município da Escola	Curitiba
Núcleo Regional de Educação	NREC
Professor Orientador	Prof. Dr. Sandra Regina Dias da Costa
Instituição de Ensino Superior	UFPR - Universidade Federal do Paraná
Linha de Pesquisa	Diversidade
Resumo	<p>O presente projeto tem por objetivo sensibilizar os professores e a equipe pedagógica para refletir e debater sobre a Educação Inclusiva.</p> <p>Parte-se do reconhecimento da dificuldade que os professores encontram para adaptar suas salas de aula para o atendimento das crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, fato que implica em mudança de atitude. Isso exige um fazer pedagógico, não apenas como imposição, legal em virtude das leis que normatizam as práticas educacionais do nosso país.</p> <p>Incluir não significa simplesmente matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa também dar ao professor o suporte necessário à sua ação pedagógica. Pensar de forma inclusiva significa atender a todos, considerando a diversidade, uma vez que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.</p> <p>Assim, com este projeto pretende-se contribuir para a reflexão e o debate sobre a Educação Inclusiva.</p>
Palavras – chave:	Diversidade, inclusão, professor, aluno, direito
Formato do material didático:	Caderno Pedagógico
Público Alvo:	Equipe Pedagógica e Professores

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
CAPÍTULO I – DIVERSIDADE.....	7
CAPÍTULO II - INCLUSÃO UM MOVIMENTO MUNDIAL.....	12
CAPÍTULO III - DESAFIO DO PROFESSOR FRENTE À INCLUSÃO	22
CAPÍTULO IV - CURRÍCULO FLEXÍVEL	32

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste material didático é sensibilizar os professores e equipe pedagógica do Colégio Estadual Yvone Pimental – Ensino Fundamental e Médio, no município de Curitiba, capital do Estado do Paraná para pensar em Educação Inclusiva remetendo ao debate e a reflexão sobre exclusão educacional como objeto de estudo. Faz-nos refletir sobre a lógica do sistema escolar que historicamente buscava atender apenas a uma parte da população, segregar a maioria e direcionar o trabalho para uma sala de aula homogênea.

Se a escola não vivesse a exclusão das diferenças, não precisaríamos definir aqui os princípios que fundamentam uma escola inclusiva “que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica”. (BRASIL. Ministério da Educação. 2004 p. 08). Esses princípios têm como prioridade o respeito às diferenças como um dos pilares fundamentais para uma educação para todos. Diante desse fato, não se pode esquecer que o professor é uma pessoa, com uma história de vida, concepção própria, sentimentos, preconceitos, medo, etc., oriundos de sua experiência anterior. Diante da chegada dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais na escola, qual os desafios do professor frente à inclusão?

Espera-se desenvolver o projeto, juntamente com o aporte teórico que tratará do tema da educação inclusiva, utilizará recorte de textos, artigos e vídeos com o intuito de promover a reflexão e discussão sobre a inclusão educacional. Os textos e artigos relacionados à inclusão são os principais recursos previstos para o desenvolvimento do projeto.

A proposta de trabalho tem como objetivo acessibilidade dos professores em relação à educação inclusiva, fazendo o uso adequado de seus direitos e de seus deveres, e sabendo que o professor possui participação na inclusão educacional. De acordo com FREIRE (1996), como professor,

(...) não posso esgotar minha *prática* discursando sobre a *Teoria* da não extensão do conhecimento. Não posso apenas falar bonito sobre as razões ontológicas, epistemológicas e políticas da Teoria. O meu discurso sobre a Teoria deve ser o exemplo concreto, prático, da teoria. Sua encarnação. Ao falar da

construção do conhecimento, criticando a sua *extensão*, já devo estar envolvido nela, e nela, a construção, estar envolvendo os alunos (FREIRE, 1996, p.47-48. Grifos do autor).

A partir das palavras de Paulo Freire, é possível tecer um paralelo com o campo da inclusão educacional, mais especificamente no que diz respeito às questões de sua efetivação. Não basta falar dela, mas tomar consciência de que é preciso construir sua prática cotidianamente, exercitando e envolvendo a todos quantos forem necessários nesse processo de fazer-se e refazer-se que ela, a inclusão, exige. Portanto, a escola é um espaço essencialmente de relações de trocas.

Então, preparamos uma sequência de textos que fundamentam a temática e será utilizada nas atividades para a reflexão e para o debate tanto para o professor como para a equipe pedagógica.

. Cada capítulo terá um tema:

No capítulo I discute-se a questão da Diversidade.

No capítulo II discute-se a questão da Inclusão, um Movimento Mundial.

No capítulo III discute-se o Desafio do Professor frente à Inclusão.

No capítulo IV discute-se a Flexibilidade Curricular.

Por meio destes capítulos buscar-se-á contribuir para a reflexão e o debate sobre Educação Inclusiva.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo é discutir a diversidade e suas particularidades nas diferentes necessidades especiais, considerando aspectos sociais, emocionais e relacionais que de alguma forma interferem na aprendizagem.

A inclusão, por mais justa que seja, requer reflexão e preparo do contexto escolar. Acreditamos que possam existir diferentes formas de inclusão que respeitem a diversidade do aluno. A singularidade de cada indivíduo suscita a observância de cada situação em particular.

Propomos aqui uma discussão da diversidade, considerações sobre as necessidades especiais e suas particularidades diante da situação de aprendizagem. Precisamos refletir mais sobre a diversidade humana, afim de compreender os modos diferentes de cada ser humano ser, sentir, agir e pensar.

DIVERSIDADE

O termo diversidade, segundo o Dicionário Aurélio, vem da palavra “diversitate”, de origem latina, e significa: diferente. Ao longo da história a “diferença” foi vista como algo desviante, negativo, pejorativo e/ou depreciativo. Muito da justificção da prática social do preconceito e da discriminação encontra seu acento nessa visão distorcida em relação à pessoa diferente. Todavia na contemporaneidade o termo “diversidade” e/ou diferença assume um aspecto positivo, como luta em favor dos direitos de pessoas e/ou setores excluídos, marginalizados socialmente. (BORGES; OLIVEIRA; PEREIRA; OLIVEIRA, 2000)

Como premissa básica que define a existência humana nenhum ser humano é igual ao outro, cada um tem sua singularidade. Com isso, conforme aponta Ambrossetti (1999), “trabalhar com a diversidade não é, portanto, ignorar as diferenças ou impedir o exercício da individualidade. (...) dar espaço para a expressão de cada um e para a participação de todos na construção de um

coletivo apoiado no conhecimento mútuo, na cooperação e na solidariedade”. (AMBROSSETTI, 1999)

Nesse capítulo, faremos uma reflexão acerca da inclusão na educação, em especial, quando referimo-nos à diversidade. A inclusão escolar configura-se em provocar inquietações aos professores e a equipe pedagógica alguns momentos de reflexões, principalmente, quando observamos na escola os múltiplos olhares dos educadores frente à inclusão na diversidade.

Segundo Corrêa (2010), a diversidade

(...) traz nas entrelinhas dois problemas fundamentais, os quais, ao mesmo tempo, colocam-se sob visibilidade: de um lado o problema da diferença, historicamente camuflado e, de outro lado, o perigo da excessiva pulverização de interesses de grupos na direção da lógica da individualização, que pode, a longo prazo, estimular práticas tribais, nas quais o coletivo se perde em nome da intensa necessidade de atender a interesses de pequenos grupos. (CORRÊA.2010 p.115)

A compreensão da diversidade e o respeito a ela, em sociedades desiguais como a brasileira, significa transformar os modos de inserção social que são criados por aqueles que desejam participar mais vivamente do mundo múltiplo em que vivem. (CORREA, 2010)

Nesse caderno temático, levantaremos a questão da educação, inclusão e diversidade. Deste modo, é relevante ressaltar que enfatizaremos os múltiplos olhares dos professores que se debruçam frente a temática da inclusão. (NASCIMENTO, 2014)

Com a inclusão, as diferenças passaram a ser vistas, não como problemas, mas como diversidade. Mas eis que a diversidade dos alunos exige um trabalho peculiar com cada aluno em suas características.

ATIVIDADE DE REFLEXÃO PARA O PROFESSOR

TEMA DA ATIVIDADE: PENSANDO A DIVERSIDADE

OBJETIVO: Dialogar sobre a importância da Diversidade na sociedade.

CONTEÚDOS: Respeito à diversidade.

TEMPO: 4 horas (2 semanas) dividida em: 2 horas com a equipe pedagógica e 2 horas com os professores.

MATERIAL: Capítulo I - “ Diversidade”

ESTRATÉGIAS:

A atividade propõe uma reflexão acerca dos possíveis entendimentos de diversidade, palavra que se tornou nas últimas décadas, um elemento central acerca de discussões do princípio da equidade e para estabelecer marcos de livre manifestação nos ambientes escolares.

No intuito de incrementar as discussões com a temática e com o propósito de superação das relações de desrespeito às várias formas de existir, é que se propõem atividades para os professores refletirem sobre o princípio da diversidade.

Para tanto, indica-se o percurso de atividades de reflexões que favoreçam alcançar o objetivo do respeito à diversidade. Para o professor, é proposto uma frase do artigo “ A formação continuada do professor para Educação inclusiva no município de Recife”. (...) **O QUE UNE E SEPARA OS HOMENS DE TODAS AS RAÇAS E CREDOS:** as diferenças... (LIMA CAVALCANTE, 2001); partindo dessa frase, propor algumas alguns questionamentos abaixo relacionados à questão da diversidade.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE - PROFESSOR

ATIVIDADE 1: Leitura para pensarmos juntos

1. Após ler o capítulo I: Diversidade, refletir as seguintes questões:

- Em que você é diferente dos demais?
- Relacione os desafios e as perspectivas para o trabalho com a diversidade na escola. Qual a maior contribuição do texto referente à temática diversidade?
- Quais são as principais atitudes referente à convivência com a diversidade?

2. Nessa atividade foi retirado uma citação do artigo “A formação continuada do professor para Educação Inclusiva na Rede de Municipal de Recife”, os participantes irão refletir sobre a aceitação e a valorização da diversidade.

CITAÇÃO DO ARTIGO...

(...) a aceitação e a valorização da diversidade, a cooperação entre diferentes e a aprendizagem da multiplicidade são valores que norteiam a inclusão social, entendida como o processo pelo qual a sociedade se adapta de forma a poder incluir, em todos os seus sistemas, pessoas com necessidades especiais, e simultâneo, estas se preparam para assumir o seu papel na sociedade, já que possuem o direito de ser diferente. (LIMA E CAVALCANTE, 2001 p.6)

O texto, “Trata-se, por assim dizer, uma discussão sobre como a natureza de cada um se manifesta no coletivo e é por esse coletivo, o grupo, gerida”. (CORRÊA, p. 2008, p. 111). Nesse sentido, sugere-se fazer uma analogia entre as formas de diversidade, por exemplo, em nossa sociedade, na qual historicamente foi construída a ideia de uma escola homogênea. Hoje, se apresenta uma escola na perspectiva da diversidade.

AValiação

Indagar o que se ensina e aprende como garantia de desenvolvimento humano tratando de questões da diversidade no ambiente escolar.

A reflexão desta temática implica repensar a prática diária e reorganizar o planejamento discutindo questões que privilegiam o respeito à diversidade.

REFERÊNCIAS:

BORGES. A.C.; OLIVEIRA. E.C.B.B.; PEREIRA. E.F.B.B.; OLIVEIRA.M.D. **Reflexões sobre a inclusão, a diversidade, o currículo e a formação de professores.** Acessado no dia 17/08/2016
<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-040.pdf>

COSTA, V. B. da; G. J., Luiz. **INCLUSÃO, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: Múltiplos olhares.** Acessado no dia 25/08/2016

http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/621_435.pdf

CORREA. R. L. T. **Cultura e Diversidade.** Curitiba. Ed. Ibpx. 2010.

LIMA. H.S.; CAVALCANTE.T.C.F. A formação continuada do professor para Educação Inclusiva na rede de Municipal de Recife.

https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2010.1/a%20formao%20continuada%20do%20professor%20para%20educacao%20inclusiva%20n.pdf. Acessado dia 19/08/2016

CAPÍTULO II

INTRODUÇÃO

Nessa unidade, o objetivo é discutir as questões da Educação Especial no cenário brasileiro atual. A educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, impulsionada pela defesa do direito de todos os educandos estarem na mesma escola. Apesar da existência de diversos preceitos legais e políticas educacionais inclusivas, o caminho é longo a percorrer no sentido de atender e garantir aos educandos com necessidades educacionais especiais uma escola eficaz no que se refere ao acesso, permanência e sucesso de todos os alunos, com, ou sem deficiência.

INCLUSÃO, UM MOVIMENTO MUNDIAL

Na história da Educação Inclusiva encontramos, desde os tempos mais remotos até os dias atuais, atitudes diversas com relação à pessoa com necessidades educacionais especiais que vão da aceitação e zelo até a completa rejeição e eliminação. Porém, o que mais acompanhou e se fez presente nesta história foi o preconceito. Podemos contar e classificar essa história em etapas antagonicamente construídas com atitudes sociais e culturais que ora eram de aspecto caridoso para purificar a alma e hora de maldade desmedida, desconsiderando qualquer espírito de compaixão ou mesmo de respeito à condição de cada ser humano. (CAVALI, 2016)

A inclusão é um movimento mundial, onde pessoas com deficiência e seus familiares lutam pelo direito à cidadania. O tema é discutido em todo o mundo, e no Brasil se inicia a partir da participação do país na Conferência Mundial de Educação para Todos de Jomtien na Tailândia, em 1990, e principalmente com a Conferência em Salamanca de Educação Especial, em 1994, quando as ações foram desenvolvidas no sentido de garantir a inclusão, via leis, decreto e outros documentos criados, denunciando um processo inovador que trouxe esperança

para crianças e familiares que buscavam e ainda buscam condições para a consolidação da sua cidadania. (LIMA, CAVALCANTE, 2001)

E, é nesse contexto que o projeto de intervenção pretende fazer uma reflexão sobre a organização da prática pedagógica no ensino regular para o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais, levando em conta as dificuldades da escola pública, os princípios que vem sendo defendidos internacionalmente, a legislação brasileira, o currículo escolar e a atuação do professor como um dos principais agentes do processo de inclusão.

Mas, o que é de fato a inclusão? O que é ser uma sociedade inclusiva? O que torna uma escola inclusiva? Que caminhos levam educandos e educadores a uma formação inclusiva?

Pensar em Educação Inclusiva significa atualizar concepções, na construção do processo de ensino e aprendizagem que a escola está configurada. Segundo Betti (2001), “Falar de escola e falar de educação é falar de gente”. Nossas escolas trabalham numa lógica de escola homogênea, que parte do princípio do agrupamento dos iguais, mas o compromisso é transformar a escola para que se torne verdadeiramente inclusiva, sendo capaz de viver e conviver com as contradições na sua diversidade e de buscar a unidade nas relações entre as pessoas. (BETTI, 2001)

A ideia de inclusão reconhece e valoriza a diversidade, no entanto as dificuldades e os desafios a serem enfrentados são tantos que existe um forte desejo de manter crianças e adolescentes com necessidades especiais em espaços especializados. É comum ouvirmos as queixas dos professores, que dizem não estarem preparados para trabalhar com os alunos portadores de necessidades educativas especiais. (MANTOAN, 2001)

Para que a inclusão se efetive, não basta estar garantido na legislação, mas demanda modificações profundas no sistema de ensino e nos valores da nossa sociedade. Somente ter a consciência disso não implica em mudança de atitude necessária para a implementação de ações pedagógicas inclusivas e significativas para os alunos.

Com a Declaração de Salamanca (UNESCO,1994) onde foram preconizadas as Diretrizes da Educação Para Todos, nasceu a expressão Educação Inclusiva, tal movimento pela inclusão está visivelmente expresso na Legislação Brasileira para Educação Especial Nacional.

Segundo Mazzota (1996), a história da Educação Especial no Brasil passou por dois grandes períodos:

- 1854 a 1956 – Iniciativas oficiais e particulares isoladas, tendo este período à fundação do “Imperial Instituto para Meninos Cegos”, atual (Instituto Benjamin Constant), o Imperial Instituto dos Surdos – Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos;
- 1957 a 1993 – definidas por ações oficiais no âmbito nacional; (MAZZOTA, p.27)

O autor acrescenta três atitudes sociais que marcaram a história da Educação Especial:

- **Marginalização:** Caracteriza-se por uma atitude onde desacredita – se na possibilidade de mudança das pessoas com deficiência, o que leva uma completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para essa população;
- **Assistencialismo:** Demonstra – se por um sentido de filantropia, paternalismo e humanitário, porque acredita – se que o indivíduo com qualquer tipo de deficiência é incapaz;
- **Educação/Reabilitação:** Possibilidade de mudança das pessoas com deficiência e ações resultantes das atitudes voltadas para as instituições Educacionais. (MAZZOTA 1996, p.40)

No final do século XIX e em meados do século XX, é que surgem algumas escolas especiais e centros de reabilitação, nessa época a sociedade começava a admitir que pessoas com deficiência pudessem ser produtivas se recebessem escolarização e treinamento adequado (MENDES, 1995).

A maioria das instituições estavam diretamente ligadas a ordens religiosas e voltadas para o atendimento das camadas sociais mais baixas, o que lhes concedia um caráter “filantrópico-assistencial, contribuindo para que a deficiência permanecesse no âmbito da caridade pública e impedindo, assim, que as suas necessidades se incorporassem no rol dos direitos de cidadania” (BUENO, 1993), sugerindo uma educação diferente daquela desenvolvida nos centros de excelência, com equipamentos tecnológicos e recursos avançados

que se tornavam recursos para o atendimento de pessoas oriundas das camadas mais altas da sociedade.

No Brasil, o movimento pela inclusão divide-se em dois momentos: no primeiro, durante o Brasil Império, as pessoas com deficiências mais acentuadas, impedidas de realizar trabalhos braçais (agricultura ou serviços de casa) eram segregadas em instituições públicas. As demais conviviam com suas famílias e não se destacavam muito, uma vez que a sociedade, por ser rural, não exigia um grau muito elevado de desenvolvimento cognitivo. No segundo momento, ao mesmo tempo em que surgia a necessidade de escolarização entre a população, a sociedade passa a conceber o deficiente como um indivíduo que, devido suas limitações, não podia conviver nos mesmos espaços sociais que os normais – deveria, portanto, estudar em locais separados, levando o surgimento das instituições privadas e das classes especiais (CAVALI, 2016).

O movimento pela inclusão escolar é um tema discutido em todo o mundo, assegurado a partir de movimentos mundiais que lutam em favor da melhoria de condições, aceitação e integração sócio educacional das pessoas com deficiência, discurso em prol do respeito à diversidade e a inclusão de todos.

Entre os dispositivos legais visando a garantia de direitos da pessoa com necessidades educacionais especiais, incluem-se: as Constituições Federais, entre elas a última de 1988, no Art. 205, “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida no desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Apesar da previsão Constitucional, o inciso III do Art. 208 da Constituição Brasileira, que nos remetem ao atendimento educacional especializado, e na sua Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEEP, 1994), não bastam que uma proposta se torne lei, para que ela seja aplicada. Implica em muitos obstáculos que impedem que a política de inclusão aconteça plenamente em nosso cotidiano.

Entretanto, em termos de diretrizes educacionais regulares temos na Lei nº 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Brasil 1996), a recomendação de integrar, “dentro do possível no ensino regular”, a educação de excepcionais, como era chamada na época as pessoas com deficiências.

A Lei nº 9.394/96 – de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que define como dever do Estado o “atendimento educacional especializado aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (Artigo nº 4, III), norteando as políticas educacionais desde então, e oferecendo a base legal para a propagação da Educação Inclusiva, e as ações que se seguiram.

E, mais:

- Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - Educação Especial

- Lei nº 10.098/94 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

- Lei nº 10.436/02 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências

- Lei nº 7.853/89 - CORDE - Apoio às pessoas portadoras de deficiência

- Lei Nº 8.859/94 - Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio

Em 2002 a Resolução CNE/CP nº 1/2000 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica que a – formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. (CAVALI, 2016)

Em 2003, o **Programa Educação Inclusiva: Direito a diversidade**, propõe transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos bem como promove um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito; assim como organiza o atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade. (CAVALI, 2016)

Em 2004 o Ministério Público Federal divulga o documento “o acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular

estabelecendo as condições necessárias para acesso, permanência e terminalidade da educação de pessoas com deficiência no ensino regular” (CAVALI, 2016).

Todos os documentos admitem que a inclusão escolar tenha início na educação infantil, com a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global até a sua formação adulta.

Historicamente a Educação Inclusiva no Estado do Paraná foi marcada por segmentos educacionais no contexto brasileiro que por sua vez, foi influenciado pelas tendências pedagógicas internacionais. Segundo Lima (2014),

(...) em 1939, foi fundada a primeira entidade de assistência aos portadores de deficiência visual, o Instituto Paranaense de Cegos e, no decorrer da década de 50, inúmeras outras instituições surgiram, visando ao atendimento nas diferentes áreas de excepcionais. E, até 1953, haviam sido registradas, oficialmente na Secretaria de Estado da Educação, apenas sete escolas especiais, cinco das quais localizadas na capital e duas em Londrina. (LIMA, 2014 p. 2)

Na escola pública paranaense a Educação Especial teve início em 1958, no Centro Educacional Guairá, hoje Escola Estadual Guairá, onde a diretora Pórcia dos Guimarães Alves desenvolveu uma psicologia voltada para o estudo de crianças com problemas no processo de ensino e aprendizagem e de retenção escolar. Em função desses estudos, foi criada na instituição a primeira classe especial na escola (LIMA, 2014).

O ano de 1961, no Estado do Paraná, a legislação educacional referente à Educação Especial foi contemplada com alguns artigos da lei 4.024/61, que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (LIMA, 2014)

Segundo Lima (2014), as escolas especiais são numerosas e constituídas predominantemente, por Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), cujo movimento inicia-se na década de 60, com a criação da primeira entidade de Curitiba e a subsequente expansão rumo ao interior do Estado. Com isso, se deve a introdução e difusão das metodologias voltadas à educação escolar para alunos com necessidades educacionais especiais.

ATIVIDADE DE REFLEXÃO PARA O PROFESSOR

TEMA DA ATIVIDADE: Inclusão, um movimento mundial

OBJETIVO: Situar-se historicamente a trajetória da educação inclusiva e as leis que amparo a inclusão.

CONTEÚDO: Educação Inclusiva.

TEMPO: 6 horas (3 semanas) dividida em: 3 horas com a equipe pedagógica e 3 horas com os professores.

- **MATERIAL:** Texto do capítulo II e o vídeo “Inclusão Escola”, no youtube.

ESTRATÉGIAS:

A atividade propõe a leitura do Capítulo II “ Inclusão um movimento mundial, responda as seguintes questões:

- Mas, o que é de fato a inclusão? O que é ser uma sociedade inclusiva? O que torna uma escola inclusiva? Que caminhos levam educandos e educadores a uma formação inclusiva?

Depois das respostas dos professores e da equipe pedagógica, vamos utilizar um vídeo para ilustrar o tema.

- Apresentar aos professores o vídeo “Inclusão Escola”,
Publicado em 13 de abr de 2012.
Vídeo com o propósito de reflexão sobre o tema inclusão escolar.
Categoria: Pessoas e Blogs
Licença: Licença padrão do YouTube
Música: “ Sonho de uma Flauta” por O Teatro Mágico (Google Play. iTunes) - Tempo: 7:26

AVALIAÇÃO

Perceber que a necessidade de adaptar as salas de aula requer mudanças de postura e faz refletir sobre o fazer pedagógico, não como imposição, decorrente das leis normatizadoras das práticas educacionais do Brasil.

REFERÊNCIAS:

BETTI, L.C. Educação do Homem Integral. In: MANTOAN. M.T.E. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão**. São Paulo: Memmon. Editora SENAC, 2001.

BRASIL. Presidência da República. **Declaração de Salamanca e ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL, MEC/SEE. **Educação inclusiva: a escola**. V.3. Brasília, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001. Promulgada a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. **Convenção de Guatemala**: 2001: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Acesso em 04 de abril de 2016.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Convenção da Organização dos Estados Americanos**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf> Acessado em: 01 abr 2016.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

_____. *Lei nº. 9394/96* – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. *Lei nº. 10.172/2001* – Aprova o Plano Nacional de Educação.

_____. *Parecer CNE/CEB nº. 17/2001* – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. *Plano nacional de educação: proposta do executivo ao Congresso Nacional*. Brasília: INEP, 1998.

_____. *Políticas para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf> Acesso em 22 jun.

2016.

_____. *Plano nacional de educação*: proposta da sociedade brasileira. Consolidada na plenária de encerramento do II Congresso Nacional de Educação (II CONED). Belo Horizonte, 9 nov. 1997. (PL n.4155/98 da Câmara Federal).

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. *Educação inclusiva: a fundamentação filosófica*. v. 1. Brasília: MEC/SEESP, 2004. Maria Salete Fábio Aranha (org.). 28 p.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Brasília: CNE/CEB, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> Acessado em: 28 mar 2016.

_____. Ministério da Educação. **Legislação Específica / Documentos Internacionais**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12716&Itemid=863 Acessado em: 05 abr 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Marcos Político-Legal da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2010.

_____. Presidência da República. **Declaração de Salamanca e ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Presidência da República. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

_____. Instituto Inclusão. **Políticas educacionais e a Formação de Professores para educação Inclusiva no Brasil**. 2000 <http://www.institutoinclusaobrasil.com.br/politicas-educacionais-e-a-formacao->

[de-professores-para-educacao-inclusiva-no-brasil/](#) Acessado 05 de maio de 2016.

CAVALI, R. de C. **Política e Políticas Públicas**. Faculdade Padre João Bagozzi. Aula 5. 2016.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/confer_trab.pdf Acessado em: 20 abr 2016.

GRÃ-BRETANHA. Assembleia Governativa da Rehabilitation International. **Carta para o Terceiro Milênio**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/carta_milenio.pdf Acessado em: 02 de jun 2016

LIMA. S. V. de L. **Histórico da Educação Especial**. Disponível em: <http://profsandravazdelima.blogspot.com.br/2014/05/historico-da-educacao-especial.html> Acessado dia 04 de jul 2016

LIMA. H.S.; CAVALCANTE.T.C.F. A formação continuada do professor para Educação Inclusiva na rede de Municipal de Recife. https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2010.1/a%20formao%20continuada%20do%20professor%20para%20educacao%20inclusiva%20n.pdf. Acessado dia 19/08/2016

MANTOAN, Maria Tereza Eglér (Orgs). Caminhos pedagógicos da inclusão. São Paulo: Memmon. Editora SENAC, 2001.

MAZZOTA, M. S. **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G. **Deficiência Mental: A construção científica de um conceito e a realidade**. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 1995.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação especial para a construção de currículos inclusivos**. Secretaria Estadual de Educação. Paraná.2006

UNICEF. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtiem, 1990.

CAPÍTULO III

INTRODUÇÃO

Neste capítulo pretendemos fazer uma reflexão sobre a formação continuada tão essenciais para o professor, sendo um dos fatores de extrema relevância para a instrumentalização do mesmo, a fim de atender às peculiaridades apresentadas pelos alunos portadores de necessidades educacionais especiais favorecem a inclusão educacional.

A Educação Inclusiva exige o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas em sala de aula, uma vez que essas, aliadas a atitudes do professor favorecem a inclusão educacional, buscando uma Educação de Qualidade. Assim, somos os responsáveis para que as políticas de inclusão se efetivem. Sem dúvida, um desafio a ser superada por todos: profissionais da educação, comunidade, pais e alunos.

O DESAFIO DO PROFESSOR FRENTE À INCLUSÃO

Desde a Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Joimtien, Tailândia em 1990, vem sendo discutida a importância da formação do professor como pré-requisito para a inclusão.

Tendo em vista todo o processo de inclusão, o papel do professor, enquanto participante da gestão da escola, é também o de colaborar para sua efetivação, favorecendo o desenvolvimento de práticas pedagógicas que interfiram tanto na docência, quanto na promoção de medidas de acessibilidade, na garantia de participação democrática, desenvolvendo uma educação de qualidade, pois é ele que responde diretamente pela aprendizagem na sala de aula (SAMPAIO,1996).

Embora os profissionais da educação, muitas vezes, reconheçam e valorizem a diversidade, as dificuldades e os desafios são tantos, que predomina

o desejo de manter as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais em um espaço apropriado para melhor atendê-las.

Nesse sentido o processo de inclusão requer do professor, habilidade, competência, interesse, formação pessoal e responsabilidade para fazer juntamente com a comunidade escolar as alterações necessárias no currículo no sentido de tornar o processo de ensino-aprendizagem efetivo e um real instrumento de transformação social, promotor de direitos e do reconhecimento de todos enquanto cidadãos, independentemente de suas diferenças (PEREZ, 2001).

Nas últimas décadas, a formação de professores, segundo Pimenta, Garrido e Mouro (2001), passou por mudanças com relação aos saberes, destacando-se: “os saberes de uma prática reflexiva, saberes de uma teoria especializada, saberes de uma militância pedagógica”. Quando se trata dos mais importantes cursos de formação de professores é possível pontuar os aspectos relevantes com relação à teoria e à prática, bastante discutido nos anos de 1980 e 1990, uma vez que os cursos de formação acadêmica depositavam ênfase em demasia ao conteúdo específico, dedicando pouco aos estudos e às análises com relação à prática pedagógica do professor em sala de aula. Candau (1996), faz uma severa crítica sobre essa questão:

A clássica formação continuada retratava a dicotomia entre a teoria e a prática, através de cursos, que apenas alteravam o discurso do professor. Atualmente esta visão está ficando ultrapassada. (...) o lugar de formação o professor deve ser a própria escola, tem que ter como referência fundamental o saber docente e, principalmente, respeitar as etapas do desenvolvimento profissional, não se pode tratar do mesmo modo o professor em fase inicial o exercício profissional, e aquele que já se encaminha para a aposentadoria, não é possível padronizar. (CANDAU, 1996, p.35)

Tradicionalmente, a formação do profissional de educação, tanto inicial quanto continuada, não tem sido eficaz como um modelo que venha garantir as reais necessidades da escola, uma vez que se espera uma formação que contenha um currículo capaz de dar conta da formação profissional do docente. Sabemos que o professor lida diretamente, em sua prática pedagógica, com situações concretas da educação no cotidiano escolar. Isto permite ter um olhar

da sua própria prática pedagógica que, muitas vezes, acaba determinando o sucesso e insucesso do aluno. (CANDAU, 1996)

Sendo assim, os professores têm se apoiado na área de formação continuada, uma proposta que busca um impacto no aprimoramento do processo educacional e na melhoria da prática educacional em sala de aula.

Sobre a capacitação dos professores Mantoan (2009) refere-se da seguinte forma:

A formação continuada desses profissionais é antes de tudo um auto formação, pois acontece no interior das escolas e a partir do que eles estão buscando para aprimorar suas práticas. Estudam e trocam experiências de trabalho e vão atualizando seus conhecimentos, dirimindo dúvidas, esclarecendo situações e, cooperativa e coletivamente, delineando teorias próprias para explicar o modo como ensinam e as crianças aprendem (MANTOAN, 2009 p.92).

Segundo Bueno; Glat e Godofredo (2000) essa formação implica em muitos obstáculos, entre eles, “o despreparo dos professores do ensino regular para receber alunos com necessidades educacionais especiais em suas salas de aulas, geralmente repletas de alunos com os mais variados problemas sociais, disciplinares e aprendizagens”. Deparam com limites e dificuldades, em decorrência da falta de formação para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, além da precariedade da infraestrutura e matérias disponíveis para o trabalho pedagógico eficaz junto a criança que necessidade educacional especial.

Bueno aponta que a perspectiva de uma educação inclusiva envolve muitos aspectos, entre eles dois tipos de docentes:

(...) professores generalistas do ensino regular que atendem a tudo e a toda uma gama de alunos na parte educacional com o mínimo de conhecimento e prática sobre os mais variados alunos e os professores especialistas nas diferentes necessidades educativas especiais, seja ele para trabalhar direto com os alunos ou dar apoio ao trabalho realizado por professores de classes regulares que integrem esses alunos (BUENO, 1999 p. 45).

Ainda Bueno (1999), ressalta que a formação clássica do professor sempre trouxe uma metodologia de ensino única, que seria comum a todos e uma concepção estática do processo de ensino e aprendizagem. Assim, por

muito tempo acreditou-se que havia um processo de ensino e aprendizagem para os considerados normais e saudáveis, e aqueles que apresentassem algum tipo de dificuldade, distúrbio ou deficiência eram considerados anormais, porque fugiam dos padrões, sendo portanto, excluídos do sistema regular de ensino.

Assim, quando o professor não está atuando com os alunos considerados normais e depara-se com as necessidades educacionais especiais de seus alunos, desestabiliza-se emocional / profissionalmente, acaba desestruturando todo um processo já definido, porque este aluno não pertence ao universo de ensino, por ele idealizado. Não ter recebido embasamento suficiente, pode interferir, de forma equivocada em sua prática pedagógica, fazendo com que por seus alunos. (BUENO, 1999)

Fonseca (1995), acredita que

(...) é preciso preparar todos os professores, com urgência, para se obter sucesso na inclusão, através de um processo de inserção progressiva. Porém, ao professor cabe à formação da cidadania do aluno, principalmente daquele com necessidades especiais que, em virtude da história social, teve negada a participação” (FONSECA, 1995, p. 34).

Segundo Pinheiro, Ramos e Costa (2014), “qualquer aprendizagem só será possível porque tanto a pessoa que ensina quanto a pessoa que aprende, possuem sistema nervoso”. A aprendizagem está vinculada à educação e desenvolvimento de cada indivíduo. A aprendizagem é um processo contínuo, que opera todos os dados que alcançam um umbral de significação, essencialmente da memória e da atenção.

Atualmente, o conhecimento produzido pelos estudos neuropsicológicos desperta interesse de alguns educadores em compreender a causa do não aprendizado do aluno. Entretanto, existem muitos professores com uma visão dualista de mente e corpo, onde o corpo é estudo da saúde, separando assim a mente, que é a maior preocupação da Educação. Segundo Costa (2006), “(...) é essencial que o educador reconheça que embora constituam entidades separadas, mente e corpo são interdependentes e constituem a unidade psicossomática que é o educando”.

Neste sentido, nova abordagem, aliando os conhecimentos biológicos com os educacionais aproximam a Neurociência e Educação, ajudando o

professor a entender como acontece o processo de ensino aprendizagem que ocorre no corpo humano.

Percebe-se, então, que a escola de maneira geral precisa organizar momentos de estudos e formação continuada aos seus professores para que os mesmos entendam o processo de inclusão, busquem conhecimento científico sobre as diferentes formas de ensinar e aprender e revejam suas práticas.

Para se chegar ao almejado, torna-se fundamental a capacitação dos professores. O professor deve ter claro em seu plano de trabalho docente os conteúdos programáticos (o que ensinar) de acordo com sua turma; quais os objetivos pretendidos (para que ensinar); sequencia temporal dos conteúdos (quando ensinar); avaliação do processo de ensino-aprendizagem (o quê, como e quando avaliar) de acordo com as necessidades de cada aluno em sala como um todo. (CAVALI, 2016)

É necessário haver uma reflexão por parte dos professores de como os planos de aula são atualmente desenvolvidos, suas falhas e acertos. De qual maneira ele pode ser reformulado de forma a atender as novas demandas e particularidades do ensino regular com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Assim, sobre o professor e a inclusão, podemos citar:

Cabe a ele, a partir de observações criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural (PRADO & FREIRE, 2001, p.5).

Numa Escola Inclusiva implica uma nova postura, um projeto político pedagógico com uma nova visão de currículo, de metodologia de ensino, de avaliação e com ações que favoreçam a integração social. Ela deve capacitar seu professor, preparar-se, organiza-se e adaptar-se para oferecer educação de qualidade para todos, com necessidades especiais ou não. A experiência de cada professor é considerada um recurso rico para troca de experiência com o objetivo de aperfeiçoar sua prática pedagógica. Segundo Mantoan, 2006 destaca que:

(...) todo plano de formação deve servir para que os professores se tornem aptos ao ensino de toda a demanda escolar. Dessa forma, seu conhecimento deve ultrapassar a aceitação de que a classe comum é, para os alunos com necessidades educacionais especiais, um mero espaço de socialização. (MANTOAN, 2006 p.60)

Enfim, cabe à escola: preparar o profissional da educação para receber todos os seus alunos; dar oportunidade pedagógica para o desenvolvimento do aluno; dispor de recursos humanos, físicos, pedagógicos para manter o aluno na escola.

Acredita-se que não há receita pronta e que cabe a cada equipe escolar descobrir o melhor caminho para ensinar e aprender. Por meio das descobertas sobre a capacidade do ser humano que se constrói caminhos para superar as limitações.

ATIVIDADE DE REFLEXÃO PARA O PROFESSOR

TEMA DA ATIVIDADE: Professores frente ao desafio a inclusão.

OBJETIVO: Perceber a necessidade e a importância da formação continuada dos professores para trabalhar com crianças portadoras de necessidades especiais. Acreditar que a formação continuada fará a diferença na postura do professor do ensino regular.

CONTEÚDOS: Formação Continuada.

TEMPO: 16 horas (8 semanas) dividida em: 8 horas com a equipe pedagógica e 8 horas com os professores.

MATERIAL: Texto do capítulo III, recorte de três apontamentos que falam sobre a formação continuada no livro “*Caminhos Pedagógicos da Inclusão*”- autora MANTOAN.

ESTRATÉGIAS:

- Primeiramente, leitura do capítulo III e fazer apontamentos no próprio texto, relevantes ao professor frente à inclusão.
- Ouvir o que os professores e equipe pedagógica fala sobre o capítulo III e depois formar grupos e utilizar os três apontamentos da autora Maria Teresa Eglér Mantoan sobre formação continuada para diminuir obstáculos que se interpõem entre a escola regular e os alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

Os três apontamentos da autora Mantoan:

1. SE HÁ INCLUSÃO, DEVE HAVER FORMAÇÃO CONTINUADA?

TRECHO 1

Os professores precisam dominar cada vez mais os conteúdos curriculares, os processos de ensino aprendizagem, isto é, especializarem-se no “o que”, no “como” e no “para que” se ensina e se aprende. Ao nosso ver e inspirados nos projetos que visam uma educação de qualidade para todos, o tratamento das questões relativas ao ensino de pessoas com deficiência na formação geral dos educadores eliminaria, em grande parte, os obstáculos que se interpõem entre a escola regular e esses alunos. Em resumo, a formação única para todos os educadores propiciaria a tão esperada fusão entre educação especial e a regular (MANTOAN, 2004 p.93)

- Nesse recorte pretende-se verificar os relatos discursivos de similaridade e contraposição sobre a formação continuada dos professores. Relatando pontos positivos e negativos dessa formação.

2. RESPONSABILIDADE APENAS PARA PROFESSOR ESPECIALISTA...

TRECHO 2

Os conhecimentos sobre o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais não podem ser de domínio apenas de “especialistas”, e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente por todos. (MANTOAN, 2006 p.58)

- A formação continuada é eficaz, já que a inclusão é um fato. A inclusão favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar. Como entender o que precisa fazer parte da formação do professor?
- Já tiveram algum tipo de formação continuada para a Inclusão?
- Do que sente falta?

3. PRÁTICAS INCLUSIVAS

TRECHO 3

A formação continuada desses profissionais é antes de tudo uma autoformação, pois acontece no interior das escolas e a partir do que eles estão buscando para aprimorar suas práticas. Estudam e trocam experiências de trabalho e vão atualizando seus conhecimentos, dirimindo dúvidas, esclarecendo situações e, cooperativa e coletivamente, delineando teorias próprias para explicar o modo como ensinam e as crianças aprendem. (MANTOAN, 2009 p.92)

- Quando se fala de práticas inclusivas, trata-se de um processo que envolva todos os alunos, onde o professor deverá trabalhar com a dificuldade do aluno, procurar metodologia pedagógica para que todos estejam envolvidos na mesma atividade.

Vamos utilizar um vídeo para ilustrar a prática em sala de aula.

- Apresentar aos participantes o vídeo “As cores das flores”

Publicado em 15 de mai de 2011.

Vídeo com o propósito de reflexão sobre uma criança cega que precisa escrever uma redação sobre as cores das flores. O vídeo mostra o desafio do menino para conseguir cumprir a tarefa.

Categoria: Pessoas e Blogs

Licença: Licença padrão do YouTube

Tradução: A tradução para o português foi feita para o blog “Assim como Você”, de Jairo Marques.

Tempo: 4:08

<https://www.youtube.com/watch?v=s6NNOeiQpPM>

Depois de assistir o video, perguntar aos participantes se conhece casos de sucesso reais para ser compartilhado no grupo.

AValiação:

Buscar e repensar a formação continuada visando melhorias na sua atuação e contribuindo na aprendizagem do aluno.

REFERÊNCIA:

BUENO, J. G. S. e FERREIRA, J. R.. **Políticas Regionais de Educação Especial no Brasil**. Reunião da 26ª ANPED, Caxambu, 2.003. Disponível em <http: www.anped.org.br/26/outrostextos/tegt15.doc> Acessado em 23 de mar de 2016.

BUENO, J. G. da S. Crianças com necessidades educativas especiais, políticas públicas e a formação de professores: generalistas ou especialistas? In: **Revista Brasileira da Educação Especial**, vol. 3 nº. 5. Piracicaba/S.P, UNIMEP, pp.7 – 25,1999.

CANDAU, V. M. F. Formação Continuada de Professores: Tendências Atuais. In: Aline M. M. M. Reali e Maria da Graça N. Mizukami (orgs). **Formação de professores: tendências atuais**. São Carlos, EDUFSCar/FINEP, pp. 139-152, 1.996.

COSTA, S. R. D. da. **O papel da interação social na aprendizagem do aluno com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade TDAH: o caso do CENEP.** HC/UFPR. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/M06_costa.pdf Acessado em: 14 de abr de 2016.

FONSECA, V. Educação Especial. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memmon. Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér (Orgs). **Caminhos pedagógicos da inclusão.** São Paulo: Memmon. Editora SENAC, 2001.

MAZZOTA, M. S. **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G. **Deficiência Mental: A construção científica de um conceito e a realidade.** Tese de doutorado. USP. São Paulo, 1995.

NOGUEIRA, M.L.L.N & GLAT, R. Políticas educacionais e a formação de Professores para edu LIMA, Sandra Vaz de. **Histórico Da Educação Especial.** 2014. Disponível em <http://profsandravazdelima.blogspot.com.br/2014/05/historico-da-educacao-especial.html> Acessado em: 16 mai 2016.

PINHEIRO M., RAMOS, E.C. e COSTA, S.R.D. **Biologia Educacional EDP 039.** Curitiba. 2014

PEREZ. E.C.M.F. Educação do Homem Integral. In: MANTOAN. M.T.E. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão.** São Paulo: Memmon. Editora SENAC, 2001.

PIMENTA, S. G.; GARRIDO, E.; MOURA, M. O. Pesquisa colaborativa na escola facilitando o desenvolvimento profissional de professores. **Reunião da 24ª ANPED,** Caxambu, 2.001. Disponível em <<http://www.anped.org.br/24/ts3.doc>>. Acessado em 13 de maio de 2016.

PRADO, M. E. B. B.; FREIRE, F. M. P. A formação em serviço visando a reconstrução da prática educacional. In: FREIRE, F. M. P.; VALENTE, A. (Orgs) **Aprendendo para a Vida: os Computadores na Sala de Aula.** São Paulo: Cortez, 2001.

SAMPAIO, C.T; SAMPAIO S.M.R. Educação Inclusiva: o professor mediando para a vida. Scielo. Disponível em 2009. Acessado dia 20/08/2016 <http://books.scielo.org>.

CAPÍTULO IV

INTRODUÇÃO

Para iniciar nosso estudo, o objetivo desse capítulo é debater a importância da flexibilidade curricular no ambiente escolar. O currículo, não pode ser estanque, aplicado de forma engessada, sem a necessária reflexão. As adaptações curriculares necessitam de um repensar diante da realidade escolar, o contexto e não à criança que está inserida no contexto escolar.

Afinal de contas, para que o currículo busque atender a todos implica em oferecer um ambiente de equidade para que cada sujeito seja atendido em suas necessidades específicas e especiais.

CURRÍCULO FLEXÍVEL

Segundo as teorias educacionais o currículo é a ferramenta primordial para a organização didática do processo ensino e aprendizagem, o qual deve ser construído a partir da seleção do conhecimento e reinterpretação das práticas vivenciadas em dinâmicas sociais, políticas, culturais, intelectuais e pedagógicas. Para Sacristan (1998), “o conceito de currículo escolar está em permanente construção”.

É na definição do seu currículo que a escola organiza e determina as questões relacionadas a didática, a metodologia, a filosofia, a temporalidade, as estratégias de avaliação e, principalmente, o que o torna inclusivo ou não, as adaptações curriculares. Além disso, ele deve contribuir também para a socialização dos alunos, com ou sem necessidades especiais.

Segundo Perrenoud (2001),

Se considerarmos o currículo real como uma série de experiências, chegaremos, grosso modo, a uma conclusão evidente: o currículo real é personalizado, dois indivíduos nunca seguem exatamente o mesmo percurso educativo, mesmo se permanecerem de mãos dadas durante anos (PERRENOUD, 2001 p.116).

Nesse contexto, entende-se que a pluralidade dos alunos e das relações que se estabelecem no contexto escolar evidenciam a complexidade da organização de um currículo. Dessa forma, o currículo torna-se a base para a estruturação de situações de inclusão e exclusão que começam na sala de aula.

De acordo com Sacristan (1998), o currículo deve ser entendido como processo, que envolve uma multiplicidade de relações, abertas ou tácitas, em diversos âmbitos, que vão da prescrição à ação, das decisões administrativas às práticas pedagógicas, na escola como instituição e nas unidades escolares especificamente.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, define na concepção de currículo que

As dificuldades de aprendizagem na escola apresentam-se como um contínuo, compreendendo desde situações mais simples e/ou transitórias – que podem ser resolvidas espontaneamente no curso do trabalho pedagógico – até situações mais complexas e/ou permanentes – que requerem o uso de recursos ou técnicas especiais para que seja viabilizado o acesso ao currículo por parte do educando. Atender a esse contínuo de dificuldades requer respostas educativas adequadas que abrangem graduais e progressivas adaptações de acesso ao currículo, bem como adaptações de seus elementos.

Em casos muito singulares, em que o educando com graves comprometimentos mentais e/ou múltiplos não possa beneficiar-se do currículo da base nacional comum, deverá ser proporcionado um currículo funcional para atender às necessidades práticas da vida. (PARANÁ, 2016 p.58)

Assim, tendo no currículo a base organizacional da escola, define suas intenções, o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e o que, como e quando avaliar. Uma escola consegue organizar um currículo inclusivo quando reconhece a complexidade das relações humanas – professor e aluno. Na verdade, a escola deverá fazer uma reflexão sobre o currículo, para uma melhoria da prática (MINETTO, 2008).

Segundo Moreira e Baumel (2001) escrevem que as adaptações curriculares não podem correr o risco de produzirem nas mesmas salas de aula um currículo de segunda categoria, que possa denotar a simplificação ou a descontextualização do conhecimento. Com isso não querem dizer que o aluno incluído não necessite de adaptações curriculares, mas argumentam em favor

de uma inclusão real, que repense o currículo escolar, que efetive um atendimento de qualidade.

Para atender os alunos necessitamos de um currículo aberto e diversificado, em lugar de uma concepção uniforme e homogênea de currículo, uma flexibilidade quanto à organização e ao funcionamento da escola para atender à demanda diversificada dos alunos com a possibilidade de favorecer uma educação de qualidade e uma avaliação que pode ter características de aprendizagem diferentes da convencional.

O ensino democrático faz com que o aluno aprenda a pensar e atuar utilizando sua cultura para interferir no meio, construindo a realidade e elaborando a cultura ao mesmo tempo. Assim, o currículo é a proposta de organização do conhecimento da escola que atende aos interesses daquela comunidade escolar trazendo uma marca da cultura da qual foi produzido. A elaboração dessa proposta curricular uma rede complexa de buscas, priorizando fontes de informação que possam atender à necessidade de definir os objetivos, conteúdos, seleção das atividades de aprendizagem, planos de ação, e o que vai ser avaliado e as maneiras de avaliar. (SACRISTAN, 1998)

Desta forma, o professor faz um trabalho pedagógico pautado na completude dos conhecimentos e preocupado com uma aprendizagem sequencial que a torne efetiva para o aluno. Assim ele terá condições de avançar na sua vida escolar e apropriar-se de conhecimentos de forma mais consistente, tornando a aprendizagem significativa uma realidade em seu cotidiano.

O professor quando faz a adaptação curricular deve ter o cuidado de não fugir dos aspectos curriculares específicos, voltados aos conhecimentos acadêmicos escolares da educação básica. Os conteúdos escolares precisam ser flexíveis e responsivos às necessidades do aluno com necessidades educacionais especiais, uma construção diferenciada da realidade escolar regular buscando uma prática pedagógica efetivamente social e qualificativa.

Assim, garantindo aos alunos a aquisição de novos saberes escolares, com vistas ao exercício consciente da cidadania, contribuindo, ainda, para minimizar a defasagem educacional, não perdendo a oportunidade de estar em contato com o conhecimento, ou seja, precisa trabalhar com um conteúdo

pedagógico curricular significativo e que desperte o interesse do aluno com necessidades educacionais especiais a discutir, a interagir e a se apropriar. Tão importante quanto integrar os conteúdos escolares é torná-los de fácil compreensão e apreensão onde o aluno realize as atividades previstas naquele momento e transforme a teoria em práticas futuras para sua vida fora da escola.

Um currículo flexível que proporcione ao professor fazer as adequações necessárias para concretizar o processo de ensino e aprendizagem, com certeza, será significativo para esse aluno se aproprie dos conhecimentos necessários para seguir adiante em seus estudos e servirá como um meio de compreensão de mundo e da sociedade que o cerca. Portanto, a intervenção pedagógica é fundamental para a apropriação do conhecimento dando as condições dos alunos a adquirir conhecimentos que sejam indispensáveis em sua vida na escola e na sociedade (MINETTO, 2008).

Assim, podemos dizer que a concepção do professor é um elemento constitutivo da prática pedagógica, um novo olhar, ter uma prática reflexiva, posicionar-se diante dos momentos conflituosos de forma consciente, buscando uma educação comprometida com a realidade apresentada.

Suas estratégias pedagógicas vão promover a educação do aluno inclusivo, respeitando o princípio da diversidade, valorizando as relações, os canais comunicativos, o conhecimento do outro em sua especificidade.

Não se pode esquecer da avaliação que não deve ter como objetivo classificar, hierarquizar, selecionar, reprimir, aprovar ou reprovar, mas deve ser entendida como um diagnóstico a serviços das necessidades do conhecimento do aluno e de revisão das práticas pedagógicas a partir disso.

Pois conforme destaca, Coll (1996),

(...) a avaliação designa um conjunto de atuações previstas no currículo mediante o qual é possível ajustar progressivamente a ajuda pedagógica às características e necessidades dos alunos e determinar se foram realizadas ou não e até que ponto as intenções educativas estão na base de tal ajuda pedagógica. (COLL, 1996 p.34)

Reconhece-se que a complexidade do currículo exige da escola uma tomada de decisões específicas que afetam a organização escolar como um

todo, e que se expande além do contexto escolar, criando uma dinâmica funcional. Tanto para a criança, como para a escola é um espaço de socialização e de construção de conhecimentos. O objetivo da escola é propor a cada aluno situações de aprendizagem adequadas a ele, não padronizando, mas à medida certa para cada aluno.

ATIVIDADE DE REFLEXÃO PARA O PROFESSOR

TEMA DA ATIVIDADE: Currículo Flexível

OBJETIVO: Fazer adaptações curriculares quando necessário para contemplar as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais.

CONTEÚDOS: Currículo

TEMPO: 6 aulas (3 semanas) dividida em: 3 horas com a equipe pedagógica e 3 horas com os professores.

MATERIAL: Texto do capítulo IV, recorte do texto “Política de Inclusão”.

ESTRATÉGIAS:

Utilizaremos duas orientações do BRASIL, MEC 2007, que fala sobre a necessidade de adequação curricular.

1. POLÍTICA DE INCLUSÃO

- A política de inclusão pelo governo brasileiro é bem enfática em defesa da reflexão e a necessidade de adequação do currículo as necessidades dos alunos com deficiências. No documento mais recente, editado pelo MEC, se lê as seguintes orientações, em termos da adequação do currículo a questão da diversidade.

TRECHO 1

A reflexão sobre o currículo está instalada nos diversos âmbitos educacionais inclusive nas escolas. Durante as últimas décadas, o currículo tem sido central nos debates da academia, da teoria pedagógica, da formação docente e pedagógica, principalmente neste período de ampliação da duração do ensino fundamental de 9 anos. Seria possível um diálogo que inclui a diversidade entre a teoria acumulada e as propostas e práticas de reorientação curricular? Educar na diversidade pressupõe a adoção de um modelo de currículo na escola que facilite adaptações e flexibilizações para o aprender e ensinar de todos os alunos e alunas em sua diversidade. (BRASIL, 2007 p.422)

Ao ler o trecho 1, se estamos falando de complexidade, como viabilizar mudanças? Devemos mudar o currículo escolar?

ESCOLA ABERTA À DIVERSIDADE E INCLUSÃO

- Outra questão é a escola aberta à diversidade e inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, estabelece a necessidade de adaptar as situações diversas, para que atenda a proposta de acesso ao conhecimento para todos. Isto implica em oferecer um ambiente de equidade para que o sujeito seja atendido em suas especificidades. Daí, a importância da reflexão e discussão sobre adaptação do currículo, como indica Henriques (2012):

TRECHO 2

As adaptações curriculares necessitam ser pensadas, a partir do contexto grupal que se insere determinado aluno; a partir de cada situação particular e não como propostas universais. As adequações se referem a um contexto e não a criança. As flexibilizações curriculares devem ser pensadas, a adaptação curricular, feita por um professor, para um aluno específico, é válida apenas para esse aluno e para esse momento e funciona como instrumento para programar uma prática educativa para a diversidade e devem responder a uma construção do professor em interação com o coletivo de professores da escola e outros profissionais das áreas da educação, saúde e assistência social. (HENRIQUES, 2012, p.11)

- Ao ler o trecho 2, podemos pensar: isso funciona na teoria, mas como correlacionar isso com a prática?

AVALIAÇÃO

Reconhecer os diferentes níveis de adequações possíveis e necessárias para à flexibilidade da prática educacional, quando se busca o ensino de qualidade, na diversidade.

REFERÊNCIA:

BORGES. A.C.; OLIVEIRA. E.C.B.B.; PEREIRA. E.F.B.B.; OLIVEIRA.M.D. **Reflexões sobre a inclusão, a diversidade, o currículo e a formação de professores.** Acessado no dia 17/08/2016

<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-040.pdf>

COLL, C. **Psicologia e Currículo.** São Paulo: Ática. 1.996.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais,** Porto Alegre: Artes Médicas, v. 3, 1.995.

COSTA, V. B. da; G. J., Luiz. **INCLUSÃO, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: Múltiplos olhares.** Acessado no dia 25/08/2016
http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/621_435.pdf

CORREA. R. L. T. **Cultura e Diversidade.** Curitiba. Ed. Ibpex. 2010.

GLAT, R.; OLIVEIRA, E. da S. G. de. **Adaptação Curricular**. Disponível em: http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/report_adaptacao_curricular_pt.html Acessado em: 05 agos 2016

LIMA. H.S.; CAVALCANTE.T.C.F. A formação continuada do professor para Educação Inclusiva na rede de Municipal de Recife. https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2010.1/a%20formao%20continuada%20do%20professor%20para%20educacao%20inclusiva%20n.pdf. Acessado dia 19/08/2016

MINETTO, M. de F. **Currículo na educação inclusiva: entendendo este desafio**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2008.

MOREIRA, L.C; BAUMEL, R.C.R.de.C. **Currículo em Educação Especial: tendência e debates**. Educar, Curitiba, nº. 17, p.125-137. Editora da UFPR.

NASCIMENTO. V. C. A. **Inclusão: flexibilização e intervenções no trabalho docente Curitiba**. Acessado dia 25/08/2016

PERRENOUD, P. Formação Inicial dos professores e profissionalização. In: Phelippe Perrenoud. **Práticas Pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: Publicações Don Quixote, pp.135-154,1993.

PERRENOUD, P. **A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. Porto [ONU. Declaração dos direitos das pessoas deficientes. Disponível em:](#)

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf Acessado em: 02 abr 2014

PERRENOUD, P. **A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

SACRISTAN. G. J. **Currículo: ao conteúdo do ensino ou uma análise da prática?** In: Gimeno Sacristan, J. y Pérez Gomes, A. I. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artmed, 1998, 4ª ed.

SILVA. M.H.O. **Legislação de educação especial no brasil na década de 60**. <http://www.afirse.com/archives/cd3/tematica2/035.pdf> Acessado no dia 23/08/2016